

## AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DO DISCURSO AMBIENTAL<sup>1</sup>

**Mario Jose Puhl<sup>2</sup>, Claudia Adriana Sampaio<sup>3</sup>.**

<sup>1</sup> Trabalho elaborado para apresentação ao Salão do Conhecimento.

<sup>2</sup> Doutorando em Educação nas Ciências. Bolsita CAPES

<sup>3</sup> Aluna do Curso de Direito da FEMA.

### Introdução

Um assunto recorrente na sociedade atual é o da crise. Anunciam-se crises de distintas abrangências: a ambiental, a econômica, de valores, a energética, dentre outras. Afirma-se que a civilização humana, alicerçada sobre as grandes promessas da modernidade ocidental – liberdade, fraternidade, igualdade, justiça e paz – seus pressupostos epistemológicos, as manifestações da concretude presentes nas relações humanas estariam numa situação insustentável.

O presente estudo busca compreender as condições de possibilidade para a emergência dos discursos que envolvem o tema ambiental, a partir das conceituações da genealogia e arqueologia de Foucault (2005; 2006) e quais os possíveis desdobramentos decorrentes destas informações e sob que bases epistemológicas estes enunciados são produzidos. É um trabalho que pretende contribuir para a compreensão dos postulados científicos da modernidade e no entendimento da temática ambiental sob a perspectiva do projeto civilizatório moderno, vislumbrando outras formas de constituição de um mundo comum.

### Metodologia

O trabalho foi elaborado a partir da revisão de literatura, estudo documental, primando pelo método analítico dedutivo.

### Resultados e discussão

Os discursos catastróficos em circulação no mundo são produzidos pela lógica e métodos das ciências modernas, assentados na separação sujeito-objeto, oposição homem e natureza e na razão cognoscente individual, coletados empiricamente e transformados em estatísticas, relatórios, prognósticos e caracterizados como consequência da ação humana sobre o planeta Terra, dentre os quais está o relatório do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas – IPCC e do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Ambos afirmam que as mudanças climáticas em curso são consequência direta da ação humana na natureza. Estes documentos e a ciência não apresentam dados sobre a situação da civilização humana que ela fundamenta, da condição humana no planeta e os beneficiários do atual modelo civilizatório.

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XIX Jornada de Pesquisa

Zizek (2012, p. 11-12) afirma que o sistema capitalista de escala global está em rota de destruição total, do planeta e da humanidade, aproximando-se de um ponto zero apocalíptico, expresso nos quatro cavaleiros do Apocalipse que são “a crise ecológica, as consequências da revolução biogenética, os desequilíbrios do próprio sistema (problemas de propriedade intelectual, a luta vindoura por matéria-prima, comida e água) e o crescimento explosivo das divisões e exclusões sociais”. Este pensador articula, relaciona as problemáticas sociais e ambientais e aponta para a necessidade de compreensão destes dois fenômenos interligados para uma correta busca de possíveis superações. Frente aos problemas existentes, os socioambientais, muitas são as posturas possíveis de serem adotadas: negá-los, evitá-los, conviver com os mesmos, ou enfrentá-los.

Muitas das propostas que buscam contribuir na resolução da problemática ambiental ancoram-se nos dados produzidos, em relatórios de conferências, para legitimar política e cientificamente seu prestígio e reconhecimento junto à sociedade reforçando a tese da conscientização das pessoas para a real situação ambiental do planeta e possivelmente mudar seu estilo de vida. Produzem-se regimes de verdades sobre o contexto ambiental e aposta-se na formação da consciência individual e coletiva que apresenta um grande limite à solução destes desafios ambientais.

O problema essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível construir uma nova política de verdade. O problema não é mudar a consciência das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade (FOUCAULT, 1999, p. 14).

O fundamento epistêmico das ciências empírico-analíticas, o qual produz as realidades ambientais, é o mesmo da ciência cartesiana a qual se constitui na fonte teórica embasadora da relação destruidora e exploradora dos recursos ambientais, das relações humanas. Os dados coletados por aquelas ciências fundam-se no paradigma epistemológico interpretativo e explicativo que funda e mantém a civilização ocidental. Baseia-se também no credo de que o acúmulo de informações certas, precisas, objetivas e universais poderia resultar em algo benéfico ao indivíduo e ao conjunto da sociedade porque produziu mais conhecimento e aumentou o saber das ciências. É uma postura científica redundante porque busca solucionar um problema fundamentando sua resolução nos mesmos pressupostos e elementos que pretende superar e resolver. Quer resolver uma problemática com a causa que a provocou.

Ao mesmo tempo suscita uma postura antimodernista e arcaizante de pensar os problemas ambientais, pois provoca nos indivíduos uma postura e prática denominada por Carvalho (1989) de sobrevivencialista. O sobrevivencialismo não se preocupa com a permanência ou não da espécie humana, dos demais seres vivos, do planeta, mas com a continuidade – sobreviver – de cada um. A preocupação passa a ser em desenvolver aptidões e competências para manter-se, individualmente, vivo neste mundo competitivo. Apela-se, de acordo com Carvalho (1989) à tese da catástrofe,

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XIX Jornada de Pesquisa

fundamentada na análise químico-estatística e na predição matemática, que produzem um discurso ecológico do terror.

A retórica da crise protagonizada pelos discursos eco-catastróficos-matemáticos tem desenhado e operado um recorte paradoxal no nível do indivíduo. O “efeito” de um tal discurso é bem diferente do que poderíamos supor num primeiro momento. Poderíamos ser levados a pensar que a “produção do terror” seria capaz de influenciar positivamente a compreensão do caráter político e ético envolvido na devastação da natureza. A saturação desse discurso parece estar conduzindo à impotência política (GRÜN, 1996, p. 87-88).

No compreender do sociólogo Giddens (1992) esses discursos produziram um efeito político denominado de pessimismo cínico o qual pode ser caracterizado nos seguintes termos: as coisas estão realmente muito ruins; qualquer ação política que se faça será absolutamente irrelevante frente ao cenário destruidor global que poderá ser iminente; o melhor que se possa fazer é se entregar ao que está acontecendo mesmo, aproveitar o que a vida tiver a oferecer aqui e agora, pois o futuro é algo absolutamente incerto e muito distante.

Na definição foucaultiana os saberes são produzidos a partir de um fundamento que os sustenta: a episteme. Em cada época histórica existe um regime de verdade que institui conhecimentos o qual constitui o alicerce que é a condição de possibilidade do aparecimento dos saberes, que faculta o que pode ser pensado, o que pode ser dito e como isso pode ser expresso, conferindo-lhe o caráter de cientificidade e caráter político.

A episteme constitui-se de um arcabouço em um dado período histórico o qual torna possível a produção e enunciação de saberes, manifestos em um ordenamento epistêmico válido, que são tomados como verdadeiros neste contexto. É a ordem anterior ao conhecimento que funda a possibilidade de existência deste. Conforme Foucault (1999a) a episteme não constitui um fundamento metafísico, a priori, do conhecimento, pois a metafísica presume a existência de princípios atemporais anteriores ao conhecimento e do seu método de elaboração, mas como uma elaboração histórica passível de mudança constante, e também dos saberes como da ordem na qual são produzidos. Isto é, em determinada “cultura e num dado momento, nunca há mais que uma epistêmê, que define as condições de possibilidade de todo saber” entende Foucault (1999a, p. 230). Através da análise do discurso Foucault (2005) rompe com duas ideias aceitas na história das ciências: afasta-se da teoria de que há uma continuidade histórica no discurso, própria da tradição hermenêutica segundo a qual “todos os começos jamais poderiam deixar de ser recomeço” (Foucault, 2005, p. 28). Segundo, rompe com a tese da origem primeira ou do fundamento último do discurso. O que interessa é o que está dito, o que está escrito (e não o que se queria ou pretendia dizer ou escrever) e o que fez com que este discurso seja considerado verdadeiro quando expresso. Foucault (2005, p. 89) quer “que não mais de relacione o discurso ao solo inicial de uma experiência nem à instância a priori de um conhecimento; mas que nele mesmo o interroguemos sobre as suas regras de sua formação”. O discurso se presentifica, se torna realidade porque o

contexto histórico e as regras de sua enunciação o permitiram existir, este tornar-se realidade é que configura a singularidade discursiva.

A arqueologia do discurso trata de analisar a sua constituição, articulado em quatro dimensões integradas: objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. A articulação entre estes aspectos do discurso possibilita entender como determinado discurso surge e como é dispersado como verdadeiro. Compreender a formação discursiva é fundamental para entender a produção deste, pois “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” diz Foucault (2005, p. 205). Assim como para a semente germinar requerem-se as condições adequadas também exigem-se as condições epistêmicas para a afloração discursiva e esta condição do vir a ser também forma um saber (a metodologia). É o conhecimento tornado realidade e o método pelo qual ele se objetivou que se pretendem verdadeiros dentro das relações de poder operadas.

O aspecto exterior ao discurso Foucault (2006, p. 10) constitui a “sua ligação com o desejo e com o poder”. O discurso possui um desejo de poder e o poder se sustenta no saber que o produziu e que lhe possibilita o seu exercício. Ele possui um desejo pelo qual luta que é o poder, do qual ele busca se apoderar. Estabelece-se a relação entre verdade e poder, pois “a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (Foucault, 1999b, p. 12). Torna-se necessário verificar sob que condições o discurso foi produzido, considerar as limitações dos procedimentos de controle e de delimitação que lhe são externos e internos. Mas, e por que isso?

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; e estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1999b, p. 12).

Alguns discursos são aceitos e tidos como verdadeiros e pelos quais se luta, igualmente classificados, ordenados e distribuídos. Na medida em que os discursos são classificados entre verdadeiros e falsos, o discurso institui um regime de verdade, que muda ao longo da história humana e no contexto sócio-cultural.

Na relação entre discurso e poder Foucault (1999b) defende a tese de que o poder não está situado em algum lugar próprio da organização estrutural da sociedade. O poder é exercido no conjunto das relações humanas em cada sociedade porque,

[...] em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico  
**Evento:** XIX Jornada de Pesquisa

Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência (FOUCAULT, 1999b, p. 179-180).

O método genealógico de análise evidencia a condição histórica e política da possibilidade da emergência do discurso estabelecendo a relação entre o poder e o saber.

[...] O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. [...] O humanismo moderno se engana, assim, ao estabelecer a separação entre saber e poder. Eles estão integrados, e não se trata de sonhar com um momento em que saber não dependeria mais do poder, o que seria uma maneira de reproduzir, sob forma utópica, o mesmo humanismo. Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder (FOUCAULT, 1999, p. 142).

O saber produz poder e o poder produz saber o que torna esta relação retroalimentar, pois o poder se manifesta e é exercido pelo discurso e este produz novas relações e mecanismo de poder. O poder é exercido com base em um saber elaborado que a própria economia política possibilita emergir em cada momento histórico sob a égide de uma episteme.

### Conclusões

O projeto da modernidade racional, quando ancora-se na teoria de que com o progresso das ciências e das técnicas os humanos poderiam controlar e dominar cientificamente a natureza, o indivíduo e a sociedade, compreende a ecologia como uma área de investigação, avaliação e exploração, possível de ser planejada. Desta forma amplia o alcance do biopoder. Alcança, no plano ecológico, o acesso a toda forma de vida que existe no planeta. O biopoder é potencializado quando planeja a produção, a distribuição, o consumo, a valoração e projeta a escassez dos recursos bióticos.

As ciências modernas buscam estabelecer uma forma de planejamento, domínio e controle sobre a vida. É uma biociência por pretender-se dona e manipuladora da vida, especialmente com o advento da biotecnologia e da engenharia genética. No entanto, os efeitos da biociência, do biopoder não se restringem à condição, mas são extensivos e totalizantes à qualquer forma de vida. Esta vontade de poder baseia-se na razão científica, que produz ciência e técnicas de governamento da vida e se expande para além do aspecto que delimita a distinção entre a realidade humana e o mundo natural. É um poder tentacular.

Nesta seara opera o discurso ecológico oficial, ampliando o alcance do poder disciplinar, tentando gerenciar a crise ecológica. Utiliza-se de instrumentos para impor determinada ordem mundial, diante da escassez dos recursos, que regula os mecanismos de acesso e consumo de bens naturais. Esta ordem ambiental é estabelecida de forma dissimulada, pelo controle e disciplina dos desejos ou pela força, através da guerra. Produz-se o terror ambiental e bélico para manter a disciplina sobre os corpos e a população.

Palavras-chave: discurso; arqueologia; genealogia; sobrevivencialismo; ambiente.

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico  
**Evento:** XIX Jornada de Pesquisa

#### Referências

- CARVALHO, Isabel Cristina Moura Territorialidade em luta: uma análise dos discursos ecológicos. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 13. ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.
- \_\_\_\_\_. Arqueologia do saber. 7. ed. Tradução Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- \_\_\_\_\_. As palavras e as coisas. 8. ed. Tradução Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. 14. ed. Organização e Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999b.
- GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1992.
- GRÜN, Mauro. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. 8. ed., Campinas: Papyrus, 1996. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Disponível em: <http://www.ipcc.ch>. Acesso em 02 de novembro de 2013.
- PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Disponível em: <http://www.pbmc.coppe.ufrj.br>. Acesso em 02 de novembro de 2013.
- ZIZEK, Slavoj. Vivendo no fim dos tempos. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.